

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## A Imprensa e a Justiça

Este momento é singelo, mas de especial significado para a Justiça, para este Tribunal e para o País, dada a grande expressão que têm, na sociedade brasileira, aqueles que aqui se acham presentes para testemunhá-lo.

O Brasil é uma república democrática, em que todo poder deriva do povo e em seu nome é exercido. O Judiciário, segundo a Constituição, é um Poder do Estado, portanto um Poder que advém da soberania popular. Cabe-lhe a tarefa de distribuir justiça, com observância dos parâmetros constitucionais e legais, e essa sua atribuição deve ser exercida em tempo hábil e com eficiência. Como presta serviço público relevante, impõe-se que preste contas à sociedade, a quem serve.

Este Tribunal e o Conselho da Justiça Federal têm feito um grande esforço para modernizar a Justiça, certos de que se trata de um trabalho de ourivesaria jurídica e política, que demanda tempo e paciência, mas há de ser insistente e persistente. Têm agido visando à reforma constitucional e à mudança da legislação infraconstitucional e atuado no plano administrativo. Os resultados, pouco a pouco, estão aparecendo. Em breve, deverá ser aprovada a emenda constitucional criando os Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal; em dezembro passado, foi sancionada a lei que simplifica o processo nos Tribunais Superiores; em janeiro último, foi promulgada a lei que criou cem Varas Federais, algumas delas já em fase de instalação; no plano administrativo, de novembro para cá, foi implantado, na área da informática, o denominado sistema *Push*, pelo qual o

Tribunal leva às partes e advogados informação sobre o andamento dos processos de seu interesse, ao invés de se dirigirem aqueles aos serviços de informação do Tribunal; o Diário da Justiça passou a ser feito pela via eletrônica, ou seja, não se encaminham mais papéis à Imprensa Nacional, remetendo-se-lhe impulsos eletrônicos, com grande economia de recursos públicos; agora, neste mês, foram disponibilizadas, via Internet, cerca de 1.400.000 páginas, contendo o inteiro teor dos acórdãos deste Tribunal, aos quais tem acesso qualquer pessoa, com notável benefício para as partes, advogados, estudantes de Direito, pesquisadores, jornalistas e outros interessados; na última quarta-feira, este Tribunal e outras Cortes de Justiça assinaram convênio com diversos entes governamentais, criando a denominada “Rede Informática de Alta Velocidade”, de grande significado na atuação conjunta dos Poderes do Estado, com vistas à redução do denominado “custo Brasil”.

De outra parte, quanto à administração da justiça, o Superior Tribunal de Justiça tudo tem feito para cumprir a sua missão constitucional de zelar pela autoridade e uniformidade interpretativa do direito federal; de tutelar, em última instância, no plano infraconstitucional, os direitos relativos à vida, ao patrimônio e à liberdade das pessoas. Decide, pois, os casos relativos ao dia-a-dia dos cidadãos. O estudo dos feitos que julga reflete, com segurança, os principais problemas vividos pela sociedade nas relações entre os seus membros e entre estes e o Estado.

A denominada “crise do Estado” é jurisdicionalizada em razão dos inúmeros conflitos que gera, transformando-se em “crise do Judiciário”. É fonte inesgotável para o denominado jornalismo investigativo, exercitado pelos grandes profissionais da imprensa.

De sua criação até hoje, o Superior Tribunal de Justiça recebeu cerca de 483.527 processos, dos quais julgou mais de 436.325, ou seja, mais de 90% dos que recebeu. Restaram 47.202. São muitos processos, é bem verdade, mas significam apenas o trabalho de um semestre do Tribunal, pois, no último biênio, julgou mais de 100.000 feitos por ano.

Nesse contexto, é com grande satisfação que inauguro esta sala, cuja finalidade é, agindo em integração com a imprensa, aproximar o Poder Judiciário e este Superior Tribunal, em particular, da sociedade brasileira. Além do mais, visa proporcionar aos jornalistas que vierem a este Tribunal, em busca de notícias, maior facilidade e um mínimo de condições para o seu trabalho, de suma relevância para a sociedade.

Todos sabemos que cada Poder do Estado tem as suas peculiaridades e que o mais desconhecido é o Judiciário, pela sua própria natureza e modo de atuar. Isso leva, muitas vezes, à divulgação de uma imagem periférica da Justiça, nem sempre condizente com a importante função que exerce no Estado democrático de direito.

Ao dar boas-vindas aos jornalistas aqui presentes, faço-o na certeza de que este Tribunal, às vésperas de completar o seu primeiro decênio, está contribuindo para tornar a Justiça mais transparente e mais próxima da sociedade civil, expondo ao imprescindível julgamento da Nação a sua atuação, que, traduzindo-se em serviço público, há de atender aos padrões de qualidade.

\* Palavras proferidas em 16 de março de 1999, por ocasião da inauguração da Sala do Comitê de Imprensa do STJ.